

Estado e Igreja na aventura colonizadora

Abertura

*E*m aulas anteriores, vimos que a América Portuguesa foi ganhando contornos mais nítidos no final do século XVI. No litoral nordestino formava-se uma sociedade escravista, sob o domínio dos senhores de engenho. Em outras regiões da colônia, mais para o interior, conviviam lavradores, mestiços, colonos e indígenas.

Mas não bastava apenas organizar a economia e a administração nas terras brasileiras. Era necessário, também, ordenar a transmissão dos valores europeus naquela sociedade bastante diversificada. Quem faria esse papel? Como romper com a barreira da língua? Como as populações nativas e os escravos compreenderiam os principais elementos da cultura européia?

Nesta aula, vamos estudar a atuação do principal agente cultural na América Portuguesa: a Igreja Católica. Esse estudo será feito examinando-se as relações da Igreja com o poder colonial, representado pelos altos funcionários da Coroa portuguesa.

O Estado português na colônia

Movimento

O ano é 1549. O local: porto da Baía de Todos os Santos, capitania da Bahia, América Portuguesa. A cena: um pequeno número de pessoas acompanha o desembarque de dois importantes personagens para o desenrolar da nossa história: Tomé de Sousa, primeiro governador-geral, e Manuel da Nóbrega, chefe da primeira delegação dos jesuítas nas terras brasileiras.

Na cabeça de um dos espectadores poderiam estar passando as seguintes perguntas: quem são eles? O que querem nestas terras? Vão atuar em conjunto ou separadamente? Para responder a essas perguntas, tratemos de apresentar nossos personagens. Vamos acompanhar como se relacionaram Estado e Igreja Católica nas terras brasileiras, em sua aventura colonizadora.

Tomé de Sousa era um experimentado funcionário da Coroa portuguesa. Já havia combatido os mouros na África e participado de uma expedição ao Oriente antes de desembarcar em terras brasileiras. Fundou a cidade de Salvador, combateu e destruiu aldeias tupinambás e buscou assentar populações na nova colônia.

Mas ficou pouco tempo por aqui. Em 1553, retornou a Portugal, sendo substituído por Duarte da Costa, segundo governador-geral.

Sousa e Costa não vieram para a colônia como exploradores, nem eram donatários que aqui chegaram para fixar raízes e contribuir na colonização. Mais

do que isso, eram **funcionários reais**. Altos funcionários da Coroa. Isso significa que a Coroa portuguesa possuía recursos e poder suficientes para manter um corpo de funcionários próprio, civil e militar. Como isso era possível?

Não é difícil responder a essa pergunta, se voltarmos nossos olhos para a Europa naquele momento. Em Portugal e em vários países do “velho continente”, vivia-se a época de afirmação do poder real. Formava-se o Estado centralizado, que passou a concentrar o poder na figura do monarca: era o **absolutismo monárquico**.

Em tempo

O regime absolutista foi muito forte na Europa, de meados do século XVI até o final do século XVIII. Veja como Miguel Suriano, embaixador de Veneza na França, descreveu, em 1546, a extensão do poder real naquele país:

Quanto à autoridade daquele que governa, direi apenas que este reino tão grande (...) depende apenas da vontade suprema do rei, que é amado e servido por seu povo e que possui uma autoridade absoluta. (...) O rei que distribui um sem-número de empregos, de dignidades, de cargos (...). (...) tudo depende dele e somente dele: a paz e a guerra, os impostos e os tributos, os favores, os benefícios, os cargos, o governo e a administração do reino inteiro.

Citado por Ilmar Mattos e outros, *História*, p. 87

Todas essas funções obrigavam o monarca a criar um grande corpo de funcionários no reino e nas suas colônias. Em Portugal, esse corpo de funcionários incluía também os membros da Igreja Católica – pois, pelo regime de **padroado**, a Igreja subordinava-se ao Estado, isto é, era **parte integrante** dele. Cabia ao Estado português nomear os bispos, remunerar o clero e recolher os tributos (dízimos) dos fiéis à Igreja. Por outro lado, o Estado se comprometia a assegurar e preservar a presença da Igreja nas terras descobertas. Essa relação de subordinação não iria significar, como veremos mais tarde, total submissão da Igreja aos interesses do Estado português.

O amplo poder do monarca era demonstrado, na colônia, por meio de seus funcionários e de uma extensa legislação. Mas, lembra o historiador Boris Fausto, não se deve imaginar o Estado português na colônia como uma máquina administrativa esmagadora. As dificuldades impostas pela extensão do território da colônia fizeram com que o raio de ação do Estado ficasse limitado à principal região econômica das terras brasileiras, isto é, ao litoral nordeste.

Isso aconteceu pelo menos até o século XVIII, quando a descoberta de metais preciosos na região das Minas Gerais obrigou a Coroa a criar uma estrutura administrativa mais rígida para impedir o contrabando e assegurar o pagamento de impostos, o chamado **quinto**.

Em várias outras regiões da colônia predominaram os proprietários rurais (por intermédio das câmaras municipais) e as ordens religiosas, especialmente a ordem dos jesuítas. Tudo isso fazia com que o papel da Igreja na colônia fosse de extrema importância para a Coroa portuguesa.

Vejamos como a Igreja desempenhou um papel fundamental na construção da América Portuguesa. Para isso, é necessário que voltemos à nossa cena inicial.

Fixemos agora nosso olhar no desembarque do jesuíta Manuel da Nóbrega. Nóbrega era português, e chegou às terras brasileiras com pouco mais de 30 anos. Junto com ele vieram mais cinco religiosos, todos jesuítas, que faziam parte de uma ordem criada apenas nove anos antes: a **Companhia de Jesus**.

Essa nova ordem possuía como principal missão a difusão do evangelho em todos os povos. Marcada por uma rigorosa disciplina, logo tornou-se um poderoso instrumento da Igreja Católica na luta contra o avanço do protestantismo na Europa, naquela primeira metade do século XVI.

Vivia-se a época da **Reforma protestante**. Na Alemanha, na Suíça, na Inglaterra, na França e em vários países europeus, a Igreja havia sido obrigada a recuar. Surgiam novas religiões, como o luteranismo, o calvinismo, o anglicanismo e o anabatismo. A Reforma questionava tanto a atuação como a organização da Igreja Católica. E exigia o fim da corrupção na Igreja e o retorno a uma religiosidade mais pura, baseada na fé.

A Reforma protestante do século XVI abriu caminho para a multiplicidade de religiões que existem hoje em dia no mundo e no Brasil.

Você certamente conhece pessoas de diferentes religiões. Faça uma pequena pesquisa com essas pessoas. Pergunte-lhes sobre as principais características de suas religiões. Depois, faça um pequeno quadro comparativo.

Pausa

Diante da Reforma protestante, a Igreja Católica reagiu, contra-atacou. Era a **Contra-Reforma**. A Igreja Católica manteve seus dogmas e sua organização hierarquizada, reforçou suas posições nos países católicos, como Portugal e Espanha, e ainda intensificou a luta contra as heresias e o protestantismo, por intermédio do Tribunal do Santo Ofício (Inquisição). A criação de uma ordem rigidamente organizada e disciplinada como a Companhia de Jesus, uma espécie de **milícia da fé**, fez parte dessa reação católica.

A presença de jesuítas como Manuel da Nóbrega nas terras brasileiras, portanto, tinha por objetivo conquistar súditos para um Estado em expansão e fiéis para uma Igreja envolvida em uma enorme crise. Mas nem sempre foi possível atender a essas duas exigências.

Se ao Estado cabia organizar a economia e a administração da colônia, à Igreja coube o papel de agente educacional e cultural. E, nisso, os jesuítas foram rápidos e eficientes. Quinze dias após a sua chegada, já funcionava a primeira escola de ler e escrever. Era o passo inicial para a criação de uma rede de ensino formada por escolas, colégios e seminários.

A instrução elementar para nativos e colonos era feita nas escolas. Os colégios e seminários eram responsáveis pela formação de sacerdotes para atuar na evangelização. Mais tarde, os colégios foram também abertos aos colonos interessados em continuar seus estudos. Aqueles que não seguiam a carreira religiosa e desejavam formar-se em direito ou medicina eram obrigados a estudar na Universidade de Coimbra, em Portugal, ou na Universidade de Montpellier, na França.

A preocupação central dos jesuítas quanto ao ensino foi criar na colônia uma elite culta, letrada e religiosa. Nos colégios, a formação era dividida em dois níveis. O primeiro era um curso de humanidades no qual se estudavam disciplinas básicas, como gramática e retórica. O segundo era um curso de filosofia, com estudos de lógica, moral, física e matemática. A formação do

religioso envolvia ainda um terceiro curso: o de teologia e ciências sagradas. Os cursos jesuíticos não se caracterizaram pelo livre-exame, pelo desejo de novas descobertas científicas, pelo espírito de análise e crítica que avançava na Europa naquele século XVI. Ao contrário: como ordem criada no espírito da Contra-Reforma, a Companhia de Jesus tinha por objetivo fundamental **formar um homem culto e disciplinado, defensor dos dogmas e da autoridade**.

Em tempo

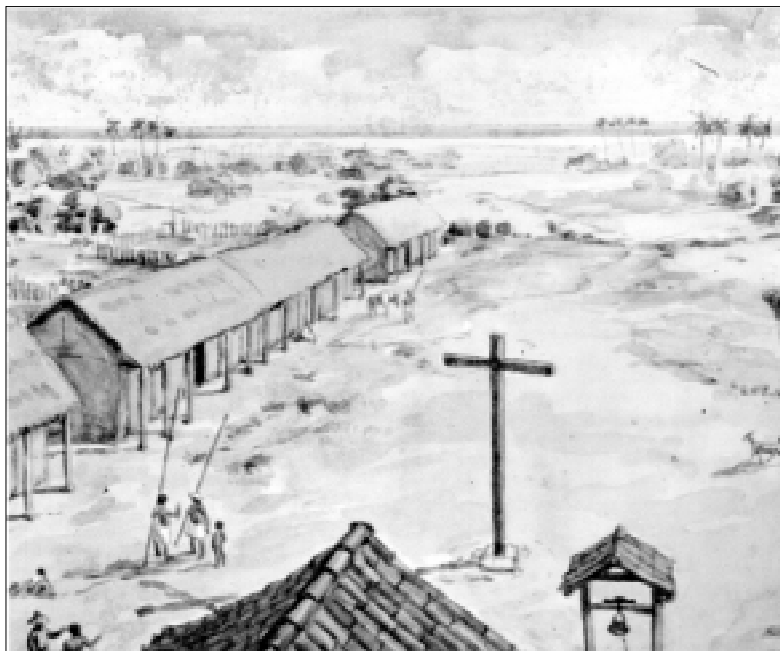
O mesmo não aconteceu nas colônias inglesas da América, como nos descreve Fernando de Azevedo:

As diferenças de idéias e processos de educação, na América do Sul e do Norte, provêm (...) da oposição entre duas concepções cristãs – a que se manteve fiel à ortodoxia católica, e a que implantou o cisma religioso (...). ... é preciso reconhecer no [cristianismo] inglês, como até certo ponto no protestante da Inglaterra e de outros países, maior independência de espírito. Em teologia, como em política e em ciência, o inglês recusa-se a aceitar as opiniões recebidas, tendendo a formar ele mesmo uma opinião. Longe de proibir o livre-exame, o protestantismo o exige. Ele é bastante largo para permitir o uso da razão, bastante simples para seguir melhor a evolução das idéias modernas, retendo, contudo, o essencial da fé (...).

Fernando de Azevedo, A cultura brasileira, p. 517

O mesmo autor destaca, no entanto, o importante papel civilizador e unificador dos jesuítas na colônia. Segundo Azevedo, foram eles os principais responsáveis não só por despertar aqui o gosto pelas “coisas do espírito”, mas principalmente pelo processo de **unificação lingüística, religiosa e cultural na América Portuguesa, o que foi decisivo na construção da identidade nacional brasileira nos séculos XIX e XX**.

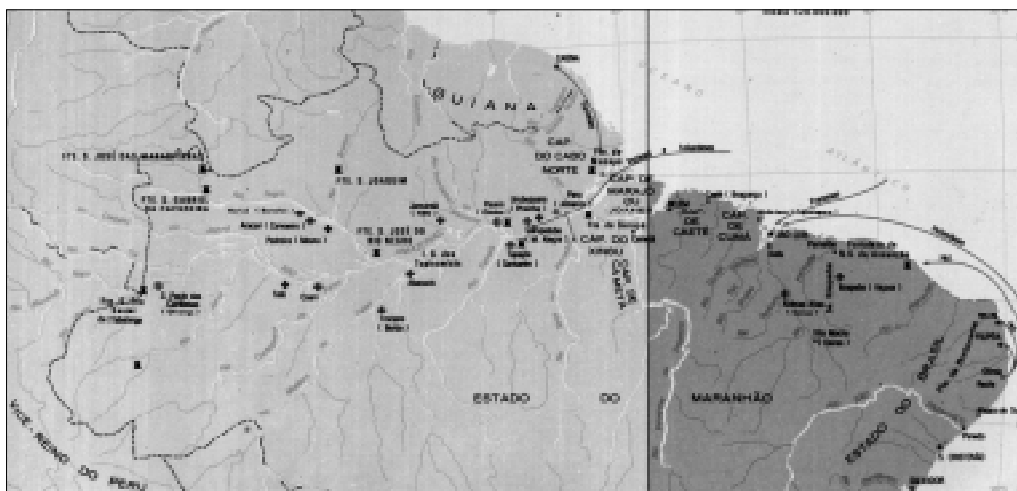
Esse papel unificador dos jesuítas se desenvolveu também nos aldeamentos ou missões. As missões eram áreas livres, intocáveis, e os indígenas ali reunidos não podiam ser escravizados.



Missão religiosa

Inicialmente, as missões localizavam-se no litoral; muitas tribos indígenas eram obrigadas a descer do interior até elas. Como muitos índios morriam nesse “descimento” e nos contatos com as doenças dos europeus, os jesuítas trataram de afastar os aldeamentos do litoral. O movimento em direção ao interior não foi feito apenas pelos jesuítas. Destacaram-se nisso, entre outras, as franciscana e carmelita.

A interiorização dos aldeamentos também era estimulada pela Coroa portuguesa, interessada em ocupar parte da região norte da colônia, ameaçada por invasões.



Missões e fortes do Norte e do Nordeste

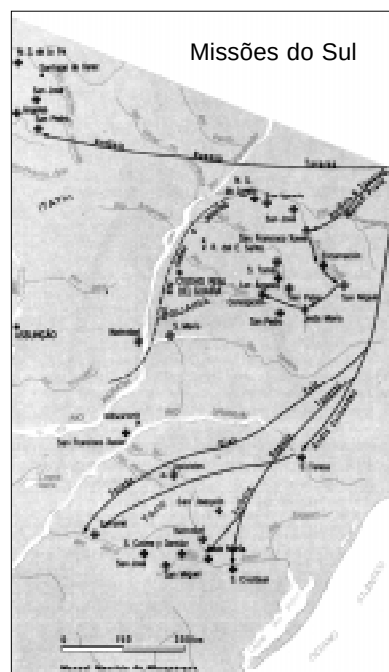
O movimento missionário também ganhou grande expressão no extremo sul da colônia.

Os aldeamentos eram de vital importância para as ordens religiosas na colônia. Nas missões, a catequese era desenvolvida sem a intervenção do Estado ou dos “hábitos desregrados” dos colonos. Utilizando-se do trabalho indígena, as ordens impulsionaram determinadas atividades econômicas – agricultura ou coleta – que lhes permitiram um grau maior de independência econômica em relação ao Estado português.

A expansão do movimento missioneiro para o interior não foi feita sem problemas. O maior deles eram os constantes assaltos de colonos, que atacavam as missões em busca de escravos indígenas para as suas lavouras.

Isso ocorreu especialmente no norte da colônia, onde os colonos não possuíam recursos para comprar escravos africanos. Na luta para preservar a missão e assegurar o que denominavam “liberdade indígena”, algumas missões jesuítas chegaram a criar milícias armadas de indígenas para combater os invasores.

Esses conflitos, que perduraram por boa parte do século XVII e início do século XVIII, inquietaram o poder colonial, também preocupado com o crescente fortalecimento dos jesuítas na colônia. Tudo isso contribuiu para a expulsão da ordem da colônia, no ano de 1759.



A maior independência das ordens religiosas e os conflitos crescentes entre colonos e religiosos não devem, no entanto, ser interpretados como um total afastamento da Igreja da obra colonizadora. A Igreja Católica e suas ordens, é certo, possuíam interesses próprios que podiam se chocar com os do Estado e dos colonos, como na questão indígena. Mas, em sua atuação geral, seja nos colégios ou nas missões, a Igreja cumpriu seu papel de agente cultural da colonização.

É bom lembrar que foram os religiosos que criaram uma **língua geral** para promover a catequese nas aldeias e nas missões. Tomando como base o tupi, missionários como o padre Anchieta tentavam transpor para a língua indígena a mensagem católica.

O deus Tupã, relacionado ao poder dos trovões, passava a representar o deus católico; os rituais de culto aos mortos expressos em cantos, danças e transes, que ligavam o indígena ao passado de sua comunidade, eram agora tratados como malignos, diabólicos. Por meio do teatro, com os **autos**, os jesuítas representavam a luta do bem contra o mal, da palavra de Deus contra o demônio dos antigos rituais.

Tudo isso tinha como resultado a desintegração dos antigos laços entre os indígenas. Acentuavam-se a destribalização e a descaracterização do indígena. O modelo que se queria formar era o de um índio dócil, religioso e disciplinado.

Em tempo

Veja a imagem de índio ideal expressa no seguinte trecho do padre Anchieta sobre o trabalho dos jesuítas nas aldeias indígenas:

Os padres, além de instruir os índios nas coisas necessárias à sua salvação, ensinam aos seus filhos (...) ler, escrever, contar e falar português que aprendem e falam em graça, a dançar à portuguesa, a cantar e ter seu coro de canto e flauta para suas festas.

Citado por Fernando de Azevedo, *A cultura brasileira*, p. 508

A Igreja Católica teve também um papel importante na justificação da escravidão africana na colônia. Um argumento corrente no século XVII, desenvolvido pelo jesuíta Antônio Vieira, era o de que a escravidão foi a forma criada pela Divina Providência para retirar os negros do pecado (na África) e levá-los até a palavra de Deus nas terras brasileiras.

A escravidão, assim, seria um “meio de salvação” da alma do africano. Esse raciocínio, que deve ser entendido como fruto de uma determinada época histórica, favoreceu a aceitação da escravidão como uma prática natural na colônia.

Últimas palavras

A sociedade que foi sendo formada nos séculos XVI e XVII nas terras brasileiras sofreu forte influência da atuação do Estado e da Igreja. O primeiro atuou fundamentalmente na organização da economia e da administração. Sua preocupação básica foi criar e impulsionar atividades econômicas que garantissem a colonização. Daí sua maior presença no litoral nordestino, região da grande lavoura escravista. Com o desenrolar dos tempos, o Estado foi se tornando mais presente e mais importante em outras regiões coloniais, mas sempre como cobrador de impostos e regulador.

As questões de natureza educacional e cultural ficaram a cargo da Igreja Católica. Tendo à frente os jesuítas, e monopolizando o ensino, a Igreja atuou

com desenvoltura em praticamente toda a colônia. Seu trabalho evangelizador nas missões contribuiu para a formação de uma sociedade um pouco mais homogênea do ponto de vista lingüístico e cultural. Para isso, foi fundamental sua atuação na destribalização e descaracterização das comunidades indígenas.

Nesta aula concluímos o segundo módulo do nosso curso, que tratou das bases da colonização na América Portuguesa. Nas próximas aulas, vamos percorrer de norte a sul as várias regiões da colônia. A partir daí, poderemos examinar mais de perto a diversidade econômica, social e cultural da sociedade que se formava nas terras brasileiras.

Sobre o papel da Igreja para a sociedade que se formava na América Portuguesa, assim escreveu o historiador Boris Fausto:

Como tinha um instrumento em suas mãos, a educação das pessoas, o “controle das almas” na vida diária, [a Igreja] era um instrumento muito eficaz para veicular a idéia geral de obediência e, em especial, a de obediência ao poder do Estado. Mas o papel da Igreja não se resumia a isso. Ela estava presente na vida e na morte das pessoas, nos episódios decisivos do nascimento, casamento e morte. O ingresso na comunidade, a partida sem pecado deste “vale de lágrimas” dependiam de atos monopolizados pela Igreja: o batismo, a crisma, o casamento religioso, a confissão, a extrema-unção na hora da morte, o enterro em um cemitério designado pela significativa expressão “campo santo”.

Boris Fausto, *História do Brasil*

Com base na aula e no trecho acima, escreva um pequeno texto explicando a importância da Igreja Católica para a sociedade que se formava nas terras brasileiras.

Pausa

Exercício 1

Releia o item **O Estado português na colônia** e justifique a afirmativa presente no texto: “Não se deve imaginar o Estado português na colônia como uma máquina administrativa esmagadora”.

Exercícios

Exercício 2

Releia o item **Igreja Católica e colonização** e explique a importância da **língua geral** para a atuação dos jesuítas na colônia.

